

A LÍNGUA VIVA SEPULTADA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA DEBREAGEM EM UM EPITÁFIO AQUIDAUANENSE

Márcia Helena Franco Santos Godoy

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar uma análise historiográfica da debreagem verificada em um epitáfio localizado no Cemitério Municipal de Aquidauana / MS, datado de 1925, a fim de se identificarem as pessoas discursivas presentes nesse enunciado, seus efeitos e outras particularidades identificadoras do caráter mutável da Língua. Assim, tem-se, como problema central, o interesse pela investigação do fenômeno linguístico que evidencia alterações nos diversos níveis idiomáticos e, especialmente, em aspectos debreantes pessoais, temporais e espaciais no texto da lápide mortuária aquidauanense escolhida. Utilizando-se Almeida (2010), Faraco (2005), Fiorin (1996) e outros, pretende-se, ao se analisar a debreagem percebida no *corpus* desta produção, averiguar a vivacidade da Língua e sua potencialidade a mudanças em todos os cenários de uso, inclusive em campos fúnebres que, por excelência, correspondem a lócus de morte e de silêncio.

Palavras - chave: Análise historiográfica. Debreagem. Epitáfio.

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que, desde a origem do registro da História humana, os indivíduos se preocupam com os mistérios que envolvem a morte corpórea dos seres e, especialmente, o fim material de seus semelhantes. Desse modo, percebe-se que, tão grande quanto o interesse pelas causas originárias da existência das criaturas é a busca por respostas às dúvidas que circundam seus fenecimentos, fazendo com que as manifestações linguísticas que abordam a temática “morte” incitem a curiosidade ou o temor nos indivíduos, de acordo

com as vivências de cada um. De toda forma, tem-se que, como em todos os demais contextos de interação humana, para se tratar de “morte”, usa-se a Língua viva.

Desde a Antiguidade, os epitáfios se utilizam da potencialidade linguística para demonstrar a preocupação com a existência pós-morte, pois, além de servirem como uma identificação de sepulturas, também funcionavam como uma “carta de apresentação” do morto ao ser “mítico” cultuado em vida que, de acordo com a crença majoritária, seria o responsável por conduzir o falecido em sua nova situação. Atualmente, os campos mortuários permanecem providos de manifestações linguísticas, com lápides de jazigos que oferecem desde enunciados exclusivamente verbais e objetivos até elementos absolutamente semióticos e dêiticos, desprovidos de sentido quando descontextualizados.

Com interesse nessa problemática, a proposta deste trabalho é apresentar uma análise historiográfica da debreagem verificada em um epitáfio localizado no Cemitério Municipal de Aquidauana / MS, datado de 1925, a fim de se identificarem as pessoas discursivas presentes e seus mecanismos, interessando-se por sua organização e efeitos gramaticais e ideológicos. Pretende-se tal investigação partindo-se da premissa de que, nos primeiros textos mortuários encontrados, os epitáfios das tumbas traziam, como locutor e destinatário, respectivamente, o morto sepultado e o ser “mítico” que conduziria o falecido no pós-morte, havendo a necessidade de contextualização do evento enunciativo para adequada aquisição de sentido.

A partir dessas considerações, este trabalho foi incitado pelos seguintes questionamentos: enunciados de lápides de sepulturas podem servir como objeto de análise linguística? A investigação da debreagem em textos mortuários pode corresponder a objetivo da Linguística Histórica? Como se manifesta a debreagem em um epitáfio encontrado no Cemitério Municipal de Aquidauana, produzido em 1925? Como se apresentam, nesse epitáfio, o “eu”

e o “tu”? O que representa esse uso de pessoa, considerando a intenção dos epitáfios primitivos, que pretendiam apenas servir como uma “carta de apresentação” do indivíduo sepultado?

Após a utilização da metodologia bibliográfica que embasou a abordagem teórica da Linguística Histórica, seus fundamentos e pressupostos, buscaram-se informações específicas sobre o mecanismo da enunciação e da debreagem, em trabalhos nacionais e estrangeiros, em bibliotecas virtuais e convencionais, além de outros bancos de dados. As informações daí advindas propiciaram respectivamente: o recorte do universo linguístico, a contextualização histórica do período de elaboração do texto escolhido, sua identificação de acordo com aspectos da mudança da Língua e, finalmente, as conclusões, que se enquadram no plano linguístico gramatical e pragmático.

Acredita-se na relevância deste trabalho acadêmico às investigações da Linguística Histórica e à constatação da autonomia e independência da Língua, que se ajusta para satisfazer às necessidades de vivos e mortos, em contexto de vida ou, ainda, ambientados em situação de pós-matéria. Destarte, pretende-se incitar a discussão relativa ao uso de material linguístico marginal nas análises da Historiografia Linguística e fomentar a percepção dos infinitos “eus” e “tus” dos textos mortuários, corroborando à vivacidade da Língua e sua característica mutável em todos os cenários de uso, inclusive em campos fúnebres que, por excelência, correspondem a lócus de morte e de silêncio.

1 HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E ENUNCIÇÃO: RUMOS

A fim de se investigarem possíveis marcas de alterações linguísticas e o processo de debreagem na Língua viva sepultada¹ em um epitáfio aquidauanense, fazem-se necessários alguns esclarecimentos iniciais acerca da

¹ Utiliza-se esse termo, neste trabalho, no sentido de “acomodada”, “guardada”.

importância dos estudos da Historiografia Linguística, que, para Altman (2009, p. 128) é:

[...] uma disciplina à vocação científica que tem como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo. Embora requeiram procedimentos metodológicos diferentes — historiografias orientadas para o conteúdo operam sobre as dimensões ‘internas’ das teorias linguísticas, enquanto que historiografias orientadas para o contexto lidam com as teorias da perspectiva do contexto social, cultural ou político — conteúdo e contexto estão inevitavelmente ligados [...], embora nossa maneira de percebê-los possa, às vezes, sugerir o contrário.

Também discorrendo sobre a área linguístico-historiográfica do saber, Almeida (2010, p. 02) ensina que:

Tanto a Historiografia Linguística quanto a Linguística apresentam o mesmo objeto de estudo; porém diferenciam-se pelo modo de abordagem. Destarte, a Historiografia Linguística faz uso do seu princípio interdisciplinar (princípio da contextualização) e dos princípios metalinguísticos (princípio da imanência e princípio da adequação) para abarcar, ao máximo, a descrição externa e interna de um determinado estado da língua, respondendo, sobremaneira, às questões direcionadas para a relação de uma ocorrência linguística com os fatos determinado histórico-culturalmente (filosofia; sociologia; história; economia; religião; antropologia; etc.) e, internamente, as formas de descrição e explicação das ocorrências da língua.

Pode-se afirmar que a disciplina Historiografia Linguística se fundamenta em virtude da característica de mutabilidade de seu objeto, pois, como esclarece Faraco (2005, pp. 14-15) “a realidade empírica central da linguística histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo” ou seja, “a língua se transforma, isto é, estruturas e palavras que existiam antes não ocorrem mais ou estão deixando de ocorrer, ou, então, ocorrem modificadas em sua forma, função e/ou significado”. Ressalta-se que, ainda para esse mesmo autor (FARACO, 2005, p. 21), essas mudanças vão “desde substituições lexicais até alterações estilísticas”.

Sobre o assunto, Silva (2008, p. 22) explica que os questionamentos sobre os motivos da mudança das Línguas e as formas como tais alterações ocorrem são:

[...] as perguntas primárias e primeiras para as quais a linguística histórica busca resposta, desde que se constitui, com rigoroso método, a partir do século passado, mas certamente desde antes, como especulação em torno de problemas cruciais para a compreensão do fenômeno da linguagem humana, ou mesmo desde muito antes ainda: lembro o mito de Babel, nos confins de nossa história. Na contemporaneidade, a apreensão do fenômeno se volta, com predominância, para captá-lo nas sincronias convenientes em determinado momento e lugar da história, no tempo aparente da diacronia sincrônica. E assim o âmbito da linguística histórica se alarga e se estreita, não se podendo hoje deixar de pensar tanto na linguística histórica no seu sentido estrito e antigo — a mudança das línguas ao longo do tempo —, como na linguística histórica, em um sentido lato e recente, que abarca as manifestações contemporâneas de fatos linguísticos não coetâneos.

Silva Neto (1952, p. 13), ao ensinar sobre o fenômeno de mudança constituinte das Línguas, afirma que elas:

[...] são resultados de complexa evolução histórica e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e ali. O acúmulo e a integral realização delas depende de condições sociológicas, pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou lentidão das mudanças.

Destarte, a Historiografia Linguística preocupa-se tanto com eventos idiomáticos cronologicamente distantes da atualidade e que podem ter provocado transformações de grande abrangência na Língua, quanto com minudências hodiernas, quase imperceptíveis ou pouco consideradas. Assim, justifica-se a preferência por se seguir a metodologia orientada pela Historiografia Linguística para a análise do enunciado apresentado no epítáfio vindouramente mostrado neste artigo, especialmente quanto à verificação de mudanças e quanto a questões relacionadas à debreagem utilizada, que terá, na sequência, seu mecanismo teorizado e particularizado no evento da enunciação.

1.1 Enunciação, Enunciado e Debreagem

Barbisan (2007, p. 28), tratando da teoria de Benveniste (2005, 2006) acerca da enunciação, afirma que esse fenômeno é “um processo, um ato pelo qual o locutor mobiliza a língua por sua própria conta. É o ato de apropriação da língua que introduz aquele que fala na sua fala”, ou seja, “a enunciação é o fato do locutor, que se apropria da língua, e das características linguísticas dessa relação”, convertendo “a língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela”, conferindo-lhe significado. Nesse processo de assimilação linguística, o locutor se posiciona com características linguísticas específicas, construindo, dessa forma, seu alocutário.

Bakhtin (2006, p. 131) ressalta que cada enunciação traz um “sentido definido e único, uma significação unitária” e “o sentido da enunciação completa o seu tema” que, assim como a própria enunciação, é “individual e não reiterável” e “se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação”, cujo produto é o enunciado. Ainda para ele, “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. O enunciado situa-se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática” (BAKHTIN, 1992, p. 282).

Cada evento de interação linguística traz elementos próprios nos quais se marcam as evidências factuais, temporais, espaciais e de pessoa, formando uma relação entre o “eu” (locutor) e o “tu” (alocutor). Sobre isso, Fiorin (1996, p. 41) esclarece que “o eu existe por oposição ao tu e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis eu/tu”. Logo, instalam-se, nessas relações, as categorias de pessoa, tempo e espaço, produzindo o mecanismo da debreagem que, ainda conforme Fiorin (1996, p. 46), “consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntir do sujeito,

do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um não-eu, um não-aqui e um não-agora”.

Para Fiorin (1996, pp. 44-45), existem dois tipos de *debreagens*: a *enunciva* (instaurada, precipuamente, pelo uso da terceira pessoa e caracterizada por uma suposta objetividade) e a *enunciativa* (escrita em primeira pessoa, no presente, que tem o “aqui” como espaço, o “agora” como tempo e se presta à subjetividade). Assim, como já informado, na análise do epitáfio que personifica o *corpus* deste trabalho, serão vertidos comentários acerca de suas características *debreantes* pessoais, temporais, espaciais e ideológicas, de forma a serem investigadas a manifestação do “eu” e do “tu” nas marcas de locução e alocução e outras peculiaridades que atestem alterações na Língua.

2 LÍNGUA VIVA SEPULTADA: *CORPUS*

Conforme já explicado, os epitáfios tinham uma dupla incumbência, no começo da atividade de produção mortuária: identificar quem jazia na sepultura como uma pessoa crente na vida pós-morte e mostrar o falecido ao ser “mítico” responsável por seu recebimento no mundo pós-matéria, pois o futuro do morto dependia dessa apresentação para se firmar como bom ou ruim. Assim, a seguir, serão mostradas algumas considerações e exemplos de epitáfios antigos conhecidos e, então, será explicado o recorte do universo linguístico escolhido para análise, com ponderações acerca do *lócus* de coleta do material, visando ao exercício historiográfico pretendido.

2.1 Primeiros e Atuais Epitáfios

A História lega ao Egito o início da preocupação com os mortos. Sob a influência de suas concepções religiosas, segundo Grimberg (1989, p. 27), os

egípcios fizeram, para seus falecidos “túmulos sobre os quais o tempo não teria qualquer ação. Carregavam os seus mortos de presentes diversos, de numerosas obras de arte. Em sua honra traçavam inscrições, relevos, desenhos”. Sabe-se da existência de intuições antigas sobre a sorte dos mortos e a mais popular estabelecia que o futuro dos sepultados dependia de seu comportamento na Terra. Assim, caberia às almas condenadas serem levadas ao fogo, à água fervente ou a um monstro (uma mistura de crocodilo, leão e hipopótamo) para serem despedaçadas.

Os bem-aventurados, entretanto, seriam conduzidos para uma terra prometida, onde só haveria felicidade e alegria. Segundo Grimberg (1989, p. 27), todos queriam, por este motivo, ser considerados homens de bem e vem desse entendimento a tradição funerária de serem escritos, nas lápides, os enunciados “dei pão aos esfaimados, dei de beber a quem tinha sede; vesti os nus, ajudei os viajantes a atravessar o rio”. Em um túmulo de cerca de 4000 anos, por exemplo, um poderoso chefe provincial mandou gravar o seguinte epitáfio:

Nunca violei nenhuma jovem, nunca deixei nenhuma viúva passar necessidades, nunca expulsei nem fiz vida dura a nenhum camponês, nunca roubei servidores ou outras pessoas para as fazerem trabalhar sem nenhum salário. Sob meu governo ninguém conheceu a miséria, ninguém conheceu a fome. Quando vieram os anos difíceis, mandei lavar e semear os campos de norte a sul em meu nome e ofereci víveres aos habitantes. Dei à viúva tanto quanto à que tinha marido; quando distribuí presentes não favoreci o homem influente em detrimento do pobre. Depois o Nilo provocou grandes inundações, que deram trigo a toda espécie de víveres; mesmo nesta altura não exigí impostos especiais. Por isso fui amado pelo povo. (GRIMBERG, 1989, p. 29)

Em determinadas inscrições egípcias que datam do final do Antigo Império, ainda de acordo com Grimberg (1989, p. 27), um homem escreveu nas paredes do túmulo de seu pai: “quando meu pai foi enterrado no belo Ocidente, construí-lhe este túmulo; ele não teria desejado outro quando ainda andava por seu pé”. Também um faraó mandou gravar nas paredes de um túmulo comum,

construído para seu pai e para si próprio, a seguinte inscrição: “quero repousar no mesmo túmulo que Zau, pois desejo continuar a seu lado. Se assim procedo não é porque não pudesse fazer um túmulo só para mim, mas porque quero ver Zau todos os dias e junto dele permanecer no mesmo lugar” (GRIMBERG, 1989, p. 27).

As considerações sobre debreagem de pessoa já apontadas permitem que se constate que esses epitáfios primitivos atestavam um mecanismo debreante pessoal enunciativo dessas manifestações linguísticas (marcado pela desinência dos núcleos verbais de primeira pessoa do singular – dei, vesti, ajudei, violei, deixei, expulsei, quero repolsar, desejo continuar, quero ver etc.), apresentando como “eu” os indivíduos sepultados nos jazigos em que foram gravados os textos. Percebe-se que um “eu” “morto” enuncia a um alocutor que, possivelmente, se trata do elemento “mítico” de crença do sepultado, pois esse ser precisava ser informado das ações terrenas da pessoa falecida, para que sua vida pós-morte fosse boa.

Atualmente, percebem-se, nos túmulos mortuários, inscrições variadas que, ora se utilizam da debreagem enunciativa, ora da enunciva, além de também apresentarem locutores e destinatários diferentes (o “eu” e o “tu” podem ser “vivo”, “morto”, “mítico” ou “não identificável”). Também tem sido bastante recorrente ornamentarem-se as sepulturas apenas com uma escultura em bronze da assinatura da pessoa morta, mostrando a habitual data de nascimento e o dia em que ela faleceu, causando um efeito de sentido representativo de que o túmulo corresponde à “obra” do indivíduo sepultado, que não pode ser explicada na restrição de espaço de um epitáfio.

Além disso, podem ser observadas preferências pelo uso de símbolos e de ícones nas sepulturas, condizentes com os mortos que neles jazem e que, normalmente, não evidenciam significado quando espacial e temporalmente descontextualizados. Essas constatações mostram potencialidades de análises linguísticas em epitáfios, além da abordagem humorística já utilizada pelo

mercado editorial brasileiro (ARAN; CASTELO, 1997) e seu emprego como recurso literário em obras clássicas (ASSIS, 1998; QUEIRÓS, 1996) e infantis (ZIRALDO, 1995). Dessa forma, passa-se à apresentação do lócus de coleta do material e do embasamento teórico que legitima a escolha do texto para análise.

2.2 Corpus em Cemitério de Aquidauana

Situada a aproximadamente 130 km de Campo Grande, Capital de Mato Grosso do Sul, o município de Aquidauana (localizado à margem direita do rio homônimo, que, em tupi guarani, significa “lugar das araras grandes”), tem economia baseada na agropecuária. Formado por comunidades campeiras, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, essa cidade totaliza, de acordo com dados do ano de 2010 do IBGE (2012, s/p.), uma população de 45.640 munícipes, em uma área territorial de 16.959 quilômetros quadrados. Fundado em 1892, o povoado de Aquidauana pode dispor de um campo-santo oficial somente a partir da década de 1920.

O Cemitério Municipal de Aquidauana está localizado no bairro Alto, entre as ruas João Lopes Assunção e dos Ferroviários. Por ser utilizado desde o início do século passado, atualmente, sua lotação é finda, mas um Projeto de Lei Municipal deverá agilizar a concessão para que esse campo fúnebre seja adequadamente explorado, condição para que o espaço se torne mais moderno e reorganizado, fato que viabilizaria, pelo menos, mais dez anos de uso. Observando o ambiente póstumo, percebe-se que túmulos modernos foram erguidos entre construções bastante antigas e ilustres aquidauanenses jazem ao lado de pessoas anônimas, tornando-o um cenário “democrático”.

Analisando esse espaço físico, percebem-se, gravadas em lápides, manifestações linguísticas que podem figurar como *corpus* analítico historiográfico ao se considerar cada registro fúnebre um documento marginal, pois, como ensina Nascimento (2012, pp. 09-13):

Uma questão já resolvida é que os estudos históricos e historiográficos têm pautado suas pesquisas em documentos oficiais e não oficiais do passado, sem desprezar os documentos, muitas vezes reconhecidos como “marginais”, como por exemplo, cartas pessoais, manuais escolares, vocabulários práticos, que se tornaram muito importantes por difundirem informações do conhecimento linguístico e social. Não há dúvida de que o grande número de fontes não oficiais deve ser tomado como documento de análise, principalmente, se observarmos o quanto tais textos revelam as ações humanas. [...] o documento escrito apresenta-se como ponto de convergência de influências e experiências individuais e sociais e que são decisivas, pois intervêm no processo de descrição e explicação dos fatos histórico-linguísticos, o que amplia os domínios de observação para o historiógrafo da língua.

Assim, respeitando, como ensina Almeida (2010, p. 205), “metodologicamente a orientação da Historiografia Linguística” e seus princípios, apresenta-se, na sequência, o epítáfio escolhido como *corpus* deste trabalho, o contexto histórico circunscrito à sua produção e algumas pontuações linguísticas e de outras teorias relacionadas às concepções da época em que foi produzido, de forma a adequá-lo à análise pretendida. Explica-se, ainda, que se optou pela contextualização histórica tópica da produção do enunciado em virtude da marginalidade do texto, buscando demonstrar que o exercício historiográfico pode se ater a quaisquer tipos de materiais linguísticos.

3 DEBREAGEM EM *CORPUS* FÚNEBRE: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

O epítáfio escolhido para análise encontra-se em uma sepultura mortuária bastante tradicional, formada por um retângulo de alvenaria elevado no solo, de aproximadamente um metro e vinte centímetros de comprimento por oitenta centímetros de largura e sessenta centímetros de altura, fixo em uma base de 20 centímetros. O túmulo é coberto por um tampo de mármore branco e, em uma das suas extensões, há um pequeno cubo que serve de base para uma escultura da figura de um anjo com características infantis (feito com o mesmo

material do tampo), que se encontra ajoelhado sobre a perna esquerda, com as mãos unidas sobre o peito e em contemplação ao céu.

Na altura do cubo que serve de base para a escultura angelical, há a seguinte inscrição, que segue esta mesma disposição espacial:

EVANDRO ALVES

CORREA

★ 16-8-1920

† 2-11-1925

No centro do tampo de mármore, emoldurado por linhas que formam um coração estilizado, observa-se o enunciado:

CINCO ANNOS DE TANTAS
ALEGRIAS E ESPERANÇAS!
HOJE, ADORADO FILHINHO,
SÓ DEIXASTES LÁGRIMAS
E SAUDADES
A TEUS PAES.

As pesquisas interessadas na historicidade da produção desse enunciado (que se voltaram a documentos escassos e entrevistas informais) permitiram a constatação de que a criança cujos restos mortais estão depositados no sepulcro é um familiar (provavelmente filho) de um dos fundadores da cidade de Aquidauana, Sr. Estevão Alves Correa que, em 1918, foi eleito vereador e nomeado como o primeiro presidente do Poder Legislativo Municipal. Conforme declara Robba (1992, p. 87), o Sr. Estevão “foi casado com D. Malvina Alves Correa e em segunda núpcias com D. Inocência Mascarenhas Correa”, tendo sido, na época da fundação da cidade, “um dos maiores proprietários urbanos” da região.

Como os registros de óbito não eram obrigatórios na época da morte da criança, dificilmente serão encontrados documentos escritos que atestem sua *causa mortis*, mas se pode garantir que, em virtude da qualidade dos materiais utilizados na construção do túmulo (produtos de alvenaria e mármore), a

estrutura física da sepultura é original. Entrevistas interessadas na coleta de informações sobre a vida aquidauanense na década de 1920 também atestaram a forte e praticamente unânime interferência da Igreja Católica nos hábitos urbanos, constatando-se, inclusive, a inauguração de sua primeira capela, que, posteriormente alicerçou a Matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Apesar de basilares, esses elementos históricos possibilitam algumas considerações relativas às preferências do enunciado, como, por exemplo, a despreocupação quanto à necessidade de apresentar verbalmente o morto a um elemento “mítico”, pois se pode acreditar que tal apresentação ficou sob a incumbência da escultura angelical infantil postada na sepultura. Além disso, a simples escolha de materiais nobres para sua construção (em contraste com outros túmulos em ruínas, do mesmo período), também influenciam a interpretação do evento linguístico, considerando que a condição economicamente abastada da família do morto poderia significar maiores chances de acesso ao ensino formal, na época.

Convém recordar que, na década de 1920, o Estruturalismo de Ferdinand de Saussure e de Leonard Bloomfield questionou o ideal linguístico prescritivo, considerando o fenômeno concreto da Língua como o ponto de partida da pesquisa idiomática. Logo, no período de produção do *corpus* deste trabalho (1925), observar o fenômeno factual da linguagem e descrevê-lo era mais importante do que preceituar como esse fenômeno deveria ser. Além disso, não se pode desconsiderar que, em 1922, a Semana de Arte Moderna pontuou, no Brasil, o encontro de várias tendências literárias e linguísticas, que influenciaram a produção e o ensino de Língua no território tupiniquim.

Apesar do tamanho diminuto do epitáfio, percebe-se a possibilidade de verificação de eventos evolutivos de ordem fonético-fonológica, morfológica e pragmática, que corroboram a potencialidade de um enunciado marginal servir como *corpus* para um exercício linguístico historiográfico. Assim, serão apresentadas, na sequência, algumas considerações acerca da análise realizada

que, sem a pretensão de exaurir o assunto, mostra como a Língua viva está sepultada em jazigos, emoldurando os mistérios de vida e de morte assoladores dos seres humanos que, como já identificou Fernando Pessoa, no poema *Nada fica de nada*, de 1932, são apenas “cadáveres adiados que procriam”.

3.1 Análise em *Corpus Fúnebre*

Uma análise essencialmente linguística do epitáfio transcrito permite que se observe, no nível fonético-fonológico, que, quando comparado à situação atual, houve alteração na forma das palavras “annos” e “paes”. Assim, “annos” se apresenta com a escrita anterior à atual (que suprimiu a consoante repetida por assimilação consonantal) e posterior à forma latinizada (que trazia consoante dobrada e vogal posterior alta) - *annus* > *annos* > *anos*. Da mesma maneira, “paes” sofreu alteração formal se comparada ao uso hodierno, pois teve a semivogal anterior média substituída por uma semivogal anterior alta - *pater* > *patre* > *padre* > *pade* > *pae* > *pai*.

Ainda no plano gramatical, merece destaque o uso da forma verbal “deixastes”, correspondente à segunda pessoa do plural, que não se apresenta mais em uso corrente, sendo preferido, na atualidade, no entorno aquidauanense, o emprego da expressão “você”, postando-se o verbo na terceira pessoa. Ressalta-se que isso pode ser um indicativo do acesso do produtor do enunciado à instrução escolar (a primeira unidade educacional aquidauanense foi inaugurada em 1894), pois algumas lápides do mesmo período encontradas no Cemitério Municipal de Aquidauana não trazem essa desinência verbo-pessoal e outras, quando utilizam o “vós” como pessoa, não adéquam o verbo à norma culta.

No nível pragmático, a primeira identificação que se faz é que, ao contrário dos primeiros epitáfios egípcios, caracterizados por terem como locutor o “morto”, que contava suas boas ações a um alocutor “mítico”, em “Cinco anos de tantas alegrias e esperanças! Hoje, adorado filhinho, só

deixastes lágrimas e saudades a teus paes”, percebe-se que o “eu” personifica um indivíduo “vivo”, que enuncia ao “tu” falecido que jaze na sepultura. Pode-se inferir que esse locutor seja um dos progenitores da criança morta, ou ambos (em virtude do vocativo “adorado filhinho”), ou, ainda, um terceiro indivíduo vivo, que se compadece com a dor paterna / materna causada pela separação do “adorado filhinho”.

Trata-se, por ululante obviedade, de um enunciado que se utiliza da debreagem enunciativa de pessoa, pois instaura um “tu” a partir de um locutor que usa a subjetividade para reivindicar aproximação através do uso do vocativo “adorado filhinho”. Além disso, nesse mesmo vocativo, o expediente diminutivo “filhinho” subjetiva ainda mais o enunciado, que é conduzido pelo jogo de antítese entre os elementos da primeira oração “alegrias e esperanças” e as expressões da segunda oração “lágrimas e saudades”. Tem-se, assim, que essa subjetividade e a condição antagônica dessas expressões engendram o efeito de sentido do discurso que identifica a formação ideológica que se percebe no embate entre vida e morte.

A contextualização tratada pela debreagem tem importante relevância na análise do enunciado, pois a expressão “cinco anos” somente adquire significado quando considerada em conjunto com a identificação das datas de nascimento e de morte do falecido. Dessa forma, o “tu” do evento linguístico supostamente conhece a própria história e entende do que trata o quinquênio mencionado pelo locutor, mas um outro indivíduo que não tenha feito parte da enunciação somente captará o enunciado se compreender que foram passados cinco anos entre o nascimento da criança e sua morte. Da mesma forma, a expressão “hoje”, debreante temporal, indica o dia do falecimento, ou seja, o momento da enunciação.

Sem a pretensão de se esgotarem as possibilidades de análise do epitáfio, conclui-se esta produção com as evidências do caráter mutável da Língua, que pode ser percebido até mesmo pela análise de um minúsculo enunciado, desde

que sejam respeitados os princípios historiográficos. Dessa forma, ressalta-se a importância da Historiografia Linguística como área fundamental do estudo das Línguas e instiga-se a discussão sobre a potencialidade de textos considerados marginais serem utilizados como *corpus* investigativo, a fim de que sejam propiciados, ao menos, exercícios analíticos que demonstrem a peculiar característica humana de produzir mudanças, seja no discurso aos “vivos”, seja enunciando aos “mortos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, apreende-se que o objeto da Historiografia Linguística corresponde às observações, descrições e explicações acerca das mudanças da Língua, que, por ser um organismo vivo, está apta a sofrer alterações provocadas pelos usuários que a manipulam. Nesse interesse de percepção de modificações, a busca por elementos que demonstrem esse caráter mutável pode ser recortada durante um longo lapso de tempo ou pode se circunscrever a apenas determinado período pontual, conforme preferir o historiográfico. Além disso, ainda de acordo com a intenção do pesquisador, as alterações da Língua podem ser estudadas em todos os seus níveis ou em um único e delimitado aspecto.

A partir dessas considerações, este trabalho apresentou uma análise pautada na Historiografia Linguística de um epitáfio localizado no Cemitério Municipal de Aquidauana / MS, demonstrando que não somente textos oficiais e relevantes se prestam ao exercício historiográfico, constituindo os enunciados marginais um *corpus* possível de ser linguisticamente pesquisado. Além das considerações acerca das mudanças nas formas de palavras e suas ocorrências, também se verificou o fenômeno da debreagem no texto investigado, considerando alterações de ordem pragmática provocadas pelo deslocamento

de locutor e alocutário quando comparados a “eu” e “tu” de epitáfios egípcios primitivos.

Constatou-se que, diferente dos textos fúnebres antigos (que tinham como “eu” o “morto” e como “tu” um ser “mítico”), o epitáfio investigado apresenta um locutor “vivo” que enuncia a um alocutor “morto”, que se encontra na sepultura. Essa construção linguística provoca o fenômeno da debreagem enunciativa, que age subjetivamente e exige o contexto da enunciação para que adquira sentido e seja compreendida. Assim, materializa-se a vivacidade da Língua que, mesmo retratando a morte, se refaz, sem aceitar fins, assim como prevê Fernando Pessoa na voz de Álvaro de Campos, em *Lisbon Revisited*, de 1923: “Não me venham com conclusões! A única conclusão é morrer”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Eugenio. A Seleta em Prosa e Verso e o ensino de língua portuguesa no Brasil. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (orgs.). **História entrelaçada 4**: os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, pp. 205-220.

_____. Historiografia linguística aplicada às obras de gramática. **Web Revista Sociodialeto**, v. 2, pp. 01-20, 2010.

ALTMAN, Cristina. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. **Revista argentina de historiografia linguística**, ano I, vol. 2, 2009, pp. 115-136.

ARAN; CASTELO. **Aqui jaz**: o livro dos epitáfios. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Klick, 1998.

BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. (Volochinov). **Estética da criação verbal**. Trad. M. E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBISAN, Leci Borges. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. **Revista Émile Benveniste: interfaces enunciação & discursos**, n. 33, 2007, pp. 23-35. Disponível em: http://www.celso.pro.br/Benveniste_e_Ducrot_-_por_Leci_Barbisan_revista33_3.pdf. Acesso em: 28 nov. 2012.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

FARACO, C.A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1996.

GRIMBERG, Carl. **História universal: a aurora da civilização**. Chile: Azul, 1989.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 11 out. 2012.

NASCIMENTO, J. V. **A historiografia linguística: rumos possíveis**. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/historiografia_jarbas.pdf. Acesso em: 24 nov. 2012.

ROBBA, Cláudio. **Aquidauana: ontem e hoje**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de MS, 1992.

SILVA NETO, Serafim da. **Capítulos da história da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Presença, 1986.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Caminhos da linguística histórica: “ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

QUEIRÓS, Eça de. **O crime do padre Amaro**. São Paulo: Moderna, 1996.

ZIRALDO. **Uma professora muito maluquinha.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1995.